

DO CAMPO ANTROPOLÓGICO FRENTE AS POLÍTICAS PÚBLICAS: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DA ETNOGRAFIA DO REASSENTAMENTO DA VILA CAI CAI.

Maria Helena Sant'Anna¹

Eu vou fazer uma espécie de relato, de exposição do que foi a minha dissertação de mestrado no sentido de tentar ilustrar nossos debates sobre a tensão do antropólogo trabalhando junto a instituições públicas, aonde ele é confrontado muitas vezes com as questões de ter que resolver problemas, soluções, as demandas que os órgãos do Estado. E, em um outro ponto de vista, quando a gente está numa situação de campo aonde a finalidade não é tanto a intervenção, a mudança, a questão de transformar a sociedade, mas antes de mais nada, conquistar um entendimento, uma interpretação.

Então, eu assumo uma postura hermenêutica, ou seja, de interpretar determinadas situações e as tensões advindas dessas situações. Na minha dissertação, o tema era configurado na problematização da situação de remoção de uma vila considerada irregular pela prefeitura de Porto Alegre². No caso, a Vila Cai-Cai, que foi removida em 1995. Eu queria ver, na tensão da situação de remoção, o que estava em jogo para os sujeitos envolvidos. Acredito que o resultado do trabalho antropológico, a etnografia, a dissertação, os artigos que resultam daí possam contribuir no sentido de proporcionar a troca mais generalizada de um produto de reflexão mesmo. Então minha experiência visava a um fim hermenêutico, porque tratava-se de uma dissertação de mestrado pertinente às preocupações do campo disciplinar da Antropologia, àquilo que se produz dentro da academia. O que não quer dizer que a reflexão antropológica não esteja permeada por preocupações éticas e que não venha a contribuir quanto aos dilemas éticos contemporâneos.

Esse tema que está relacionado a políticas públicas habitacionais, no caso, a remoção da Vila Cai-Cai, é neste aspecto, bem interessante. Quando eu comecei a trabalhar com ele já existiam várias teses ou dissertações de mestrado em relação a questão de reassentamentos de vilas populares. Há, evidentemente, uma vasta literatura sobre isto.

¹ Antropóloga e doutoranda do PPGAS/UFRGS.

Boa parte problematizando, por exemplo, o fato de, muitas vezes, a remoção resultar numa “venda de chave” daqueles que são beneficiados pelo projeto, os quais saem e vão procurar fazer novos núcleos habitacionais. Vão para outras favelas. Vão para outras vilas e não permanecem no novo conjunto habitacional. Desenvolvem teorias do tipo “porquê não dá certo”, buscam saber o que estaria equivocado em termos de projeto habitacional, projeto arquitetônico, a questão de geração de renda e sua influência em relação a isso.

A minha pergunta foi num sentido meio diferente. Ela não foi: - Por que as pessoas se mudam? A minha pergunta foi: - Quando, como e por que as pessoas ficam? O que resultou em toda uma metodologia diferente para pensar. Então, eu não estava preocupada se a remoção da Vila Cai-Cai daria certo ou não, mas sim em tentar entender a “Cai Cai”. Não como um espaço habitacional a ser reassentado, mas enquanto um espaço habitacional de fato, de vivência daquelas pessoas, e começar a explorar a tensão da situação de remoção porque ela durou, o processo todo, mais de dois anos.

Eu comecei a trabalhar em agosto de 1993 e fiquei pesquisando até maio de 1995. Em novembro de 1995 ela foi de fato removida do espaço onde ficava, ali na beira do Guaíba, nos interstícios entre a av. Padre Cacique, a av. Beira Rio, e o Guaíba mesmo. Ficava na praia e era composta de umas duzentas e quarenta casas, na época, e umas novecentas pessoas.

Eu tinha dois eixos de preocupação. Um, o principal, era saber: - Como as pessoas estabilizam? Como constituíam seu espaço na Cai-Cai? Uma preocupação nos termos de uma Antropologia que pensa a questão da experiência, do vivido, do espaço enquanto espaço existencial, da questão do ser humano temporalizando-se. Como se fixam? Como criam as suas redes, a sua territorialidade? A noção de territorialidade foi extremamente importante nesse sentido. A segunda preocupação era ver a tensão, das políticas públicas em relação a essas soluções significativas que essas pessoas têm para o problema habitacional, que existe de fato. Na medida em que elas são destituídas, tanto do ponto de vista legal - elas não tem acesso legal à posse da terra - quanto do ponto de vista das condições materiais, daquilo que seria um ideal habitacional do ponto de vista de um discurso mais dominante. Então, pensando assim, de um modo que se diferenciava em

² Sant’Ana, Maria Helena. “Vila Cai-Cai: a lógica da habitação reciclável – estudo da organização do espaço e do tempo em uma vila em remoção em Porto Alegre, RS. Dissertação de Mestrado/UFRGS, 1997.

termos de metodologia, a minha pergunta era menos saber por quê as pessoas mudam, mas antes saber **como** elas ficam, como permanecem?

Acredito que para se entender melhor é necessário fazer um breve histórico. Existe uma legislação em relação às disposições de edificação e urbanização que enquadra a cidade como um todo e as moradias populares, chamadas *irregulares*. Interessante que o conceito de vila irregular, isto eu procuro demonstrar em minha dissertação, está relacionado a uma espécie de recalque ou naturalização de um certo ideário moderno, progressivo, que se dispõe tanto nos códigos legisladores do Estado, no caso específico das legislações das prefeituras municipais por um lado, e por outro a partir do quê? De uma série de concepções, que são concepções técnicas e científicas de algumas áreas de saber que se pautam, sobretudo, pelas áreas do urbanismo, arquitetura, engenharias, mas também pela medicina sanitaria. Eu queria pensar um pouco sobre isso. Partindo do próprio conceito de vila irregular, questionar o que define isso, hoje em dia, em termos dos técnicos tanto da METROPLAN³ quanto do DEMHAB⁴? É um conceito bastante técnico e que define um espaço social negativamente pela atribuição articulada da falta, de um conjunto de faltas.

Em primeiro lugar: são áreas habitacionais que se caracterizam pela questão da ilegalidade da posse. Seja por invasão de área pública, seja por invasão de área privada. Quer dizer, a questão da ilegalidade. Segundo: são núcleos habitacionais que estão em sítios considerados inadequados para a habitação por motivo de alagamentos, por estarem em encosta de morro. Terceira questão: são habitações consideradas carentes, sem provimento dos chamados equipamentos urbanos, que são, por exemplo, água, luz, saneamento básico de esgoto seja ele cloacal ou fluvial; e os equipamentos sociais: estão longe de escola, longe de posto de saúde. Quarta: a irregularidade do traçado urbano, das ruas, do arruamento. São becos, ruas e lotes também irregulares, que não obedecem ao que é legislado pelos códigos do município. Por fim, a questão das dimensões, a inadequação das casas quanto a tamanho, técnicas de construção, materiais de construção, as dimensões da casa em relação ao número de habitantes, altura, pé direito, número de quartos. Então, a todo esse conjunto de problemas de ilegalidade e de inadequações

³ Fundação Estadual de Planejamento Urbano e Regional -

⁴ Departamento Municipal de Habitação - Órgão responsável pelas políticas habitacionais da Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

técnicas as populações de baixa renda são sempre relacionadas. Isso implica na construção de um perfil para essas populações, pelo qual o conceito de vila irregular legitima a que venham sofrer intervenções e operações. Porque, vejam bem, esse é um conceito bom para operar intervenções.

Mas, antropologicamente falando, não é um conceito bom para pensar as vilas se quisermos entendê-las da perspectiva das populações enfocadas. Por isso minha pergunta pautou-se por querer saber como elas constituem seus espaços habitacionais, a partir de seus pontos de vista. Mas para entender da perspectiva da constituição das políticas públicas dos governos municipais ele é um conceito importante para ser pensado. Afinal supõe que tanto do ponto de vista técnico formal quanto do ponto de vista da justiça, da legislação, só resta o espaço de intervenção sobre as vilas. As vilas irregulares, portanto, estão aptas, desde que sejam conceituadas assim, a uma intervenção do Estado para readequarem-se.

Se a gente pensar bem, a construção dessa noção de *vila irregular* está totalmente pautada por um imaginário que ao longo do tempo, foi naturalizando e repautando alguns discursos e alguns ideários do que é o habitar moderno e urbano, que foi constituindo-se a partir do século XIX, à medida que foram explodindo as cidades na Europa da Revolução Industrial e posteriormente nas Américas e Brasil. A própria disciplina do urbanismo, por exemplo, surgiu como tentativa de solucionar a explosão demográfica das grandes cidades européias e americanas também. Na medida em que as cidades não eram planejadas e organizadas, mas cresciam espontaneamente, elas tinham que ser pensadas e solucionadas em termos de funcionamento e salubridade. Mas neste sentido o urbanismo surgiu também como uma crítica social das mudanças que estavam acontecendo. O interessante que no Brasil, posteriormente, há um outro perfil de crítica social. Por exemplo, os vários projetos dos prefeitos, dos intendentos municipais como no Rio de Janeiro: em 1904 a gente tem o plano de reforma Pereira Passos. Em Porto Alegre, em 1914, o plano de melhoramentos Moreira Maciel. Em todas as grandes capitais brasileiras a mesma coisa, na mesma época. O primeiro, no Rio de Janeiro de Pereira Passos, segue uma tentativa de organizar a cidade, tirar o seu perfil colonial, antigo, com novas instalações e engenharias sanitárias, com outras adequações de tamanho e formato de casas, de concepções de moradia e arruamento para instalação de melhorias modernas. As pessoas em Porto Alegre, por exemplo, no final

do século retrasado jogavam as suas fossas, o seu lixo, a sua água suja, na calçada. Então, todos os sistemas de recolhimento de lixo implicam uma evolução de serviços urbanos até a implantação do sistema de esgoto, de sistemas sanitários básicos. Por um lado, há as razões e justificativas científicas sanitaristas, razões de um ideal higienista, levantadas por problemas que se impõem como os epidemológicos, por exemplo. Mas há também as aspirações civilizacionais dos intendentos e elites que põem em cena uma demiurgia urbana.

A gente poderia chamar de uma dramaturgia das paisagens urbanas que vão se constituindo por um ideal moderno. Por exemplo, o historiador Nicolau Sevcenko⁵ aborda isso no Brasil de uma maneira muito interessante. Ele vai mostrar como o fim dos cortiços no Rio de Janeiro obedecia a um desejo de inserção à sociedade moderna burguesa das elites aristocráticas brasileiras. Como tentativa de implementar por um cenário, por uma cenografia urbana, a adesão ao mundo progressivo, moderno, desenvolvido. É interessante, porque junto com a questão técnica e pragmática está articulada uma questão de valores, de valores de vir a ser, de um devir imaginado, de um desenvolvimento na cidade sociedade moderna, progressiva, burguesa e civilizada, um ideal civilizacional mesmo. A crítica social proporcionada pelo urbanismo das elites daqui tomou inicialmente a forma não de um mal estar em relação aos problemas decorrentes da sociedade moderna industrial, como ocorreu na Europa, mas de um mal estar em relação a sociedade colonial.

Hoje a crítica toma outros rumos - é classista, ambientalista, democrática -, mas desde então as prefeituras é que vão fazer e vão tomar para si o controle na legislação dos códigos municipais, dos planos diretores, nas formas como são os regramentos habitacionais. Eles são incorporados. O que eu acho interessante em tudo isso - e não estou querendo discutir que as pessoas não tem que ter acesso a esgoto, acesso a água encanada, nem nada disso -, mas o que eu acho interessante é que à medida em que a cidade vai urbanizando-se nessas formas, constituindo-se nesse ideal de civilidade, moderno, urbano sanitarista, que vai gerenciando as questões do corpo, do corpo em seus aspectos biológicos e morais dentro da cidade, enquadrando as formas privadas da vida cotidiana ao controle municipal, também ela vai oferecendo-se como referência concreta do ideal, vai

⁵ Sevcenko, Nicolau. "Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República." São Paulo: Brasiliense, 1985.

construindo-se enquanto paisagem real – o que nós percebemos como real - e que passa a se colocar como ideal . Ela passa a se colocar como a forte marca referencial para poder comparar outras situações habitacionais e espaciais.

Eu estou enfatizando aqui o sentido da encenação, ou melhor das referências valorizadas que certas paisagens urbanas podem incorporar. Só para exemplificar, esse real das cidades modernas urbanizadas, higienizadas e planificadas passa a ser o ideal de comparação ao que? Àquele real percebido das vilas irregulares que é tomado como o real a ser transformado. É uma tensão permanente.

Eu não vou dar conta de toda essa questão aqui. Ela é múltipla e levanta muitos questionamentos acerca das relações entre democracia, Estado, poder, políticas públicas e descontinuidades simbólicas em sociedades complexas. Eu só estou querendo introduzir, em linhas gerais, como essa discussão entra na questão, que a gente está falando recorrentemente neste curso, dos direitos humanos. Dos universais humanos que possibilitam conceber os direitos humanos, isto é, constituídos a partir de uma premissa de natureza humana e de seus universais. Neste sentido, o tema da habitação vai aparecer na perspectiva desses universais, dentro de uma certa tradição que o articula às necessidades básicas humanas, compreendendo o entrelaçamento da ordem do biológico e ordem da moral segundo um repertório culturalmente limitado de modelos habitacionais.

O direito à moradia constitui-se, pois, como um direito humano compreendido em certas concepções habitacionais repertoriadas pela tradição das cidades modernas. Podemos observar, para esta afirmação, em que pese as diferenças ideológicas e políticas dos partidos, conservadores ou liberais, ou de tradição socialista como são comuns os projetos de habitação social no que tange a organização do espaço urbano e a disciplinarização do corpo e das famílias nesse espaço.⁶

O próprio repertório dos direitos humanos está compreendido numa longa e ampla tradição moderna que se desdobra historicamente de forma descontínua e ao mesmo tempo agregadora. O direito à habitação não está na primeira geração dos direitos humanos, que são forjados durante a Revolução americana, com a promulgação da constituição americana

⁶ Não foram considerados no momento da exposição, para efeito de uma argumentação mais generalizada, projetos experimentais, de exceção e mais recentes tais como o de regularização fundiária implementado em vilas populares em Porto Alegre pela administração municipal a partir

e dos Direitos do Homem, que são os chamados direitos civis - a igualdade do direito de fala, igualdade do direito de voto, direito de se pronunciar, direito à liberdade religiosa - sobre os quais a Aline falou e foram problematizados no vídeo que ela trouxe.⁷ Ele é forjado nos direitos de segunda e terceira geração, a partir da Revolução Francesa, nos movimentos e lutas políticos e sociais urbanos. Compõe aqueles direitos que Dumont chama de substantivos.⁸ Os direitos que são: direito a trabalho, direito a moradia, direito a saúde, direito a alimentação, a essas condições que são as condições materiais de reprodução da vida. Interessante é que os direitos substantivos são aqueles que são mais contemplados do ponto de vista de uma tradição de perfil socialista, mais de esquerda, na medida que visam a uma igualdade de fato e não apenas a uma igualdade formal, de tradição liberal.

Ora, isso refletiu diretamente na postura da Prefeitura Municipal, já que governada pelo PT, diante do problema da Cai-Cai e de como era concebido o projeto de sua remoção. Não só no discurso dos militantes da prefeitura, como no discurso dos técnicos do DEMHAB o projeto era visto como algo que promovia a cidadania. Primeiro, porque visava a uma igualdade de fato pela promoção do direito à habitação concebida segundo critérios mínimos de ordenamento e higiene de uma pragmática moderna. E ao fazer isso a partir de certos modelos habitacionais, concebia junto um devir para os moradores a se enquadrarem em determinados conceitos de como se organiza uma família, concernida em um ideal doméstico. Um ideal de família nuclearizada e estabilizada. Segundo, porque o projeto visava à um processo de democratização, na perspectiva republicana de promoção do bem público - a devolução da orla do Guaíba ao uso coletivo da cidade e sua despoluição - e na perspectiva posta pelos técnicos e governo, pelo menos em discurso, de debater o reassentamento de forma democrática com o conjunto dos moradores da vila. Mas deve-se levar em conta de que as demandas de remoção e reurbanização não eram - e não são - só dos políticos e dos técnicos, mas da própria população no sentido mais amplo, das classes médias, das elites ditas “esclarecidas”. Na perspectiva democrática e dos direitos humanos de quem se pergunta: “mas como que não vão dar umas casas decentes

do terceiro mandato petista (1997/2000) e o Favela-Bairro, implementado pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro a partir de 1994.

⁷ Ver nesse mesmo volume o artigo de Alinne Bonneti.

para essas pessoas?”, por exemplo. Então, na articulação de um modelo habitacional tomado como básico a certos preceitos naturalizados como necessidades mínimas e universais humanas, desenvolve-se junto políticas que promulgam o que passa a ser uma existência social legítima, dentro do repertório de uma tradição, desenvolvendo um projeto civilizacional. Isso faz parte do jogo político moderno contemporâneo.

Mas, isso era algo a que eu colocava-me um ponto de interrogação, para pensar : - E do ponto de vista dessas populações que estão nessas favelas, morando? Elas têm fortes demandas por recursos de água encanada, pelo esgoto, pela luz e são os primeiros, inclusive, a fazer as suas ligações clandestinas destes recursos. O que são as ligações “pés-de-galinha” ou essas ramificações clandestinas de água potável?. Mas será que a questão esgota-se em apenas a gente constatar que elas não têm isso, não têm aquilo?

Para compreender o espaço existencial dos moradores das vilas é preciso mudar a perspectiva do olhar lançado sobre elas.

Neste sentido, pesquisei utilizando o método etnográfico clássico de observação participante, convivendo com os moradores em mais de um ano de trabalho de campo. Em confluência, também realizei entrevistas explorando suas narrativas biográficas, no intuito de compreender a organização simbólica das memórias e das temporalidades – tanto pessoais, como familiares ou coletivas. Esse terreno da memória é extremamente importante para compreender as formas de estabilização ou não, de pertencimento ou desenraizamento de qualquer coletividade, mas particularmente na Cai-Cai e nas vilas populares em geral havia e há uma intensa mobilidade social e espacial, com trajetórias de migrações e desterritorializações que complexificam o problema habitacional dos empobrecidos urbanos, tensionando suas expectativas de enraizamento.

A literatura sociológica aborda, aliás, esta questão há tempos pelo tema da mobilidade migratória. As pessoas permanecem alguns anos numa vila, mudam para outra vila, ou vêm do campo, vão para a cidade. Quer dizer, toda essa mobilidade que no Brasil tem, e do que resulta, também, no inchamento das favelas e das vilas populares. E nas quais os migrantes rurais interpretam seus saberes tradicionais no ambiente urbano, reiventando formas de habitar, trocando e cruzando experiências distintas entre redes sociais em

⁸ Ver Dumont, Louis. “Casta, Racismo e estratificação”. In Aguiar, Neuma (org) “Hierarquia em classes” Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

movimento. No caso, fiz um cruzamento do sentido dessas memórias narradas, acompanhando no tempo cotidiano a situação doméstica, de como se organizava este espaço, o espaço das vizinhanças, os diferentes territórios internos à vila e a relação dos moradores com a futura remoção.

No contexto de campo, a situação de remoção já era um processo iniciado e em andamento. A escolha do terreno, a terraplanagem, o loteamento e a construção das casas ocorreram durante a pesquisa. E no desenrolar desses acontecimentos desenvolvia-se uma discussão em relação ao projeto urbanístico-arquitetônico com os moradores. Eram promovidas uma série de assembléias, de reuniões com a associação dos moradores, entre os técnicos, os representantes do DEMHAB, e muitas vezes arquitetos, os assistentes sociais e os moradores nas assembléias e nas reuniões com a comissão que foi formada para discutir o reassentamento. Estas assembléias e reuniões, chamadas pela Prefeitura, pautavam-se pelo preceito de que o processo deveria seguir regras democráticas resultando em que o projeto final fosse fruto de acordos aí firmados. Ao longo de dois anos, no entanto, o projeto final mudou muito pouco em relação àquilo que os técnicos apresentaram inicialmente. E não por falta de críticas dos moradores da Cai-Cai, ao contrário, havia um desconforto muito grande em relação ao futuro projeto expresso durante as reuniões e assembléias. Questionamentos eram feitos sobretudo em relação ao modelo arquitetônico que previa, de modo bem adverso às moradias na vila, conjuntos de módulos geminados de casas. Nessas discussões, o que se sobressaía como uma reivindicação geral era de que nas casas geminadas não havia espaço previsto para o “pátio”, o que era-lhes imprescindível para as atividades do dia a dia, perturbando-lhes a idéia de ausência de fronteiras mínimas aceitáveis entre vizinhos, estabelecido pelo modelo de módulos geminados. Quantas vezes, perguntavam entre si com aparente indignação: “Por que não tem pátio?” E várias vezes interrogaram os técnicos da prefeitura a este respeito. Havia, pois, tensões e conflitos em relação a como as pessoas moradoras da vila percebiam o projeto arquitetônico da prefeitura, em contraste com suas noções de habitação e no modo como estas críticas, os questionamentos e as sugestões foram entendidas e recebidas pelos técnicos e dirigentes do reassentamento durante as reuniões. Algumas modificações foram feitas no sentido de atender às famílias mais numerosas, como a construção por mutirão de casas de dois pisos – o que era antes previsto para apenas um

pisos. O conceito central do projeto, de adoção de módulos geminados, sem os “pátios”, porém, não foi alterado minimamente.

Gostaria de assinalar um parêntese, a especificidade da posição do antropólogo em sua perspectiva hermenêutica, interpretacionista, neste contexto de conflitos e de disputas de sentidos. Como ele está em meio àquelas relações em que se envolve eticamente com os sujeitos e, ao mesmo tempo, sem necessariamente ter que assumir o ponto de vista “nativo”, visa à traduzir e à compreender o que está em jogo na situação. Ainda que o “nativo” não seja apenas aquele outro mais distante de nós, mas o mais próximo, como nós. Era interessante que, de uma certa maneira, eu podia perceber que havia uma dissonância semântica muito grande e não compreendida entre as partes, de ambas as partes, do que era a noção de moradia propriamente dita entre um e outro lado.

Dificuldades de compreensão maior por parte dos técnicos e militantes de classe média do que por parte dos moradores da vila que tinham um certo domínio dos valores dominantes, já que muitos, como empregados domésticos conheciam o funcionamento das casas dos “burgueses”. E, essa incompreensão mútua, incompatibilizava com o exercício do jogo democrático, pelo diálogo propalado pelo governo municipal, conformando-se como um dilema para sua atualização.

Este dilema esteve no cerne de toda a implantação do projeto de reassentamento da vila e antes de deter-me acerca desta questão, importante para pensar a consecução de políticas públicas comprometidas com o ideal democrático, cujo repertório inclui hoje a adesão às políticas de reconhecimento com o advento da defesa do direito à diferença cultural, passo à etnografia do que seja o “pátio”, categoria que incorpora emicamemente a concepção de moradia dos moradores da Cai-Cai.

*O pátio*⁹

Na experiência do encontro e da tradução etnográfica, muitas vezes, é só retrospectivamente que compreendemos a importância de certas concepções e dispositivos como centrais na organização simbólica e prática da experiência dos sujeitos pesquisados, nas idas e vindas de campo, no modo não só como nos introduzimos e interpelamos, mas como somos mapeados e interpretados, apresentados a tais pessoas e não a outras, num jogo contextual de reversibilidades de olhares e expectativas. A noção de pátio foi, assim, desvelada e compreendida em uma densidade e pluralidade de significações possíveis como chave na experiência de territorialização daqueles moradores, no modo como minha socialização por entre as redes sociais locais foi sendo conduzida de modo descontínuo em diferentes situações e contextos.

Neste sentido, acredito que o contexto de execução do projeto e negociação do reassentamento em devir, foi fundamental para tensionar os moradores e trazer-lhes à discussão a noção de pátio, a qual poderia, em outra situação, estar naturalizada e cotidianizada em suas práticas diárias do habitar. Transformada em categoria reivindicativa durante o processo de negociação com a Prefeitura, porém, seus sentidos abrangiam não só as razões apontadas em discurso mas estavam articulados em suas memórias, no modo como significavam a experiência do tempo, disruptivo em suas trajetórias desterritorializantes e narradas em suas entrevistas, articulados na tentativa que realizavam de recomposição de suas redes de parentesco no ambiente doméstico como princípio ético norteador, na intimidade de como articulavam as redes de vizinhança e suas regras de convivência na contínua movência e de mudanças de vizinhos internas à vila, nos inerentes “saberes-fazer” que se atualizavam nos modos cotidianos de resolver as atividades e

⁹ Esta seção foi formalmente readequada, e em parte substancialmente, em relação à exposição proferida no curso, já que originariamente embasada na projeção de 35 fotos as quais, por motivos editoriais, não serão reproduzidas aqui, exceção feita a quatro delas. Procurei, na medida do possível, manter o tom coloquial da exposição oral. A foto que consta na capa deste volume foi a primeira a ser exibida na série projetada, provocando a platéia ao jogo de reversibilidades de olhares que se realiza na situação de campo etnográfico entre antropólogo e nativos.

demandas domésticas, muitos dos quais seriam readequações de migrantes de seus saberes reelaborados a partir de uma “memória rural” reinterpretada na ambiência urbana.

De modo recorrente, havia uma diferença de nível de nomeação, em que as pessoas referiam-se onde “moravam” como sendo em seus “pátios”, enquanto que ao referirem-se às suas “casas”, às suas “maloquinhas”, estavam falando propriamente dessas construções de modo parcial, mas não da totalidade de seus espaços domésticos. Nesta primazia do pátio sobre a casa, não havia uma contraposição dualista, mas um englobamento hierárquico em que a casa seria uma instância da organização espacial da moradia, um nível de existência do pátio. Mais do que a designação do terreno cercado em volta da casa, a noção de pátio condensava os princípios de organização espacial e temporal da unidade doméstica, no modo como ela encompassava seus moradores em uma ordem de pertencimento afetiva e familiar, constituída sob uma ética de ajuda mútua.

Na ordem entrelaçada das razões e dos princípios práticos e simbólicos, constituía-se como um dispositivo simbólico que vinha a solucionar problemas comuns dados nas experiências de vida desses moradores que poderiam ser traduzidos pela minha pergunta inicial: como as pessoas conseguem fixar-se no espaço na tentativa de estabilização temporal, à medida que sujeitas às experiências desterritorializantes em suas trajetórias - como fenômeno sociológico comum tensamente repostas às classes trabalhadoras rurais e urbanas brasileiras.

Em suas falas, os moradores sempre apontavam a importância do pátio por possibilitar a construção de novas “peças” ou “puxados” junto às casas, e até mesmo outras casas. Mais do que discurso, era comum esta prática de reorganizar o espaço doméstico com o fim de acomodar familiares que, ou vinham de outras cidades, outras vilas, ou eram já moradores do pátio que por motivos vários, casamento de um filho, de um cunhado, confrontavam-se com o problema de precisar sair por não poderem mais dormir na mesma casa. Um “puxado” ou outra casa construídos no mesmo terreno era a solução que reacomodava o reordenamento familiar de forma centrípeta.

O pátio seria, pois, um dispositivo que permitiria às pessoas de uma mesma rede familiar a morarem juntas. Aí, poderíamos perguntar: então o pátio pertence a um modelo de família extensa? A esta questão devemos voltar nossa compreensão à sua dimensão temporal. Muitos dos pátios eram compostos apenas de uma família, naquele sentido

nuclearizado, o pai, a mãe - o casal - e os filhos, enfim. Para eles, igualmente habitavam o seu “pátio”. E mesmo não tendo nenhuma perspectiva concreta de que algum parente pudesse mudar-se para o pátio, essa possibilidade existia ainda que virtualmente, imaginariamente. Para eles mesmos, os pátios de seus parentes moradores de outras vilas e até outras cidades apareciam-lhes como uma possibilidade de moradia, em uma pauta virtual de deslocamentos que poderiam operar. Mas nesta pauta virtual não estaria prescrito que formas a família deveria assumir. Mas sim perspectivas diferentes de atualização da organização familiar no espaço doméstico conforme estratégias de vida e possibilidades dadas em situações a serem readequadas e negociadas em cada contexto.

Muitas das famílias que assumiam esta forma extensiva, em seus pátios com três, cinco, até seis casas eram resultantes dessas negociações. As quais eram sempre repostas a cada nova possibilidade de mudança de estratégia de vida. E embora o significado do pátio fosse de uma tendência aglutinadora, de uma força antes centrípeta do que centrífuga, muitas vezes, separações, rupturas de membros da unidade doméstica aconteciam com reacomodações espaciais interessantes: em que um “puxado”, antes isolado e independente da casa principal, com a saída de seus membros poderia ser absorvido como sala ou quarto dessa. Então, antes de interpretar o pátio como configuração espacial de um modelo de família extensa, compreendo-o como um dispositivo simbólico que possibilita ordenar a recomposição da rede familiar que coabita domesticamente uma ordem de pertencimento ética e afetiva. A família extensa, assim, antes de ser um modelo é uma forma possível de organização da experiência da vida doméstica em suas trajetórias acidentadas.¹⁰ E o pátio tem como atributo a propriedade virtual de ser “reciclável”, isto é, passível de ser reconstruível, reinventado em suas disposições sócio-espaciais.

É só pelo método de pesquisa posto em campo que eu podia perceber como essas pessoas articulavam significativamente em narrativas as suas trajetórias de vida, a densidade narrada dos percursos vividos até elas chegarem a morar ali, e que foi possível fazer essas inferências, interpretar deste modo, essa dimensão temporal cuja tensão vivida e narrada era importante para o significado do pátio. A maior parte das pessoas tinham o sentido de que suas histórias de vida eram muito acidentadas e longas. Eram histórias que

¹⁰ A respeito do tema da separação e da não confusão da unidade doméstica com a família ler o trabalho de Bruschini, Cristina e Ridenti, Sandra “Família, casa e trabalho”, apresentado no XVII encontro anual da ANPOCS, Caxambu, 1993.

davam conta de terem precisado sair de um certo lugar, a cidade natal, porque perderam o emprego, ou porque uma pessoa teve um derrame cerebral, então a família saiu de uma fazenda em que trabalhava, veio para a cidade onde os recursos de saúde pública eram maiores, ou porque alguém brigou com não sei quem da família e teve que sair, e foi tentar a sorte em vários outros lugares. São vários os percursos e situações narradas. Por exemplo, porque a pessoa foi expulsa de outra vila pelo bandido tal, um traficante que ameaçou seu vizinho, ou alguém teve um problema de crise conjugal. E narrativas que davam conta de mais de uma situação de mudança, de sucessivos fatos disruptivos e desterritorializantes.

De modo que estavam sempre evocando e colocando-se um problema que era muito comum entre eles, da perda do contato com a família de origem e da rede de parentesco, ou de parte dela, da dispersão das relações de pertencimento familiar. A família, que embora nem sempre pudesse ser vivida no cotidiano como atualizada, como coexistente no espaço do pátio, era, pois, vivida como um valor extremamente importante.

E na hierarquia dos valores, o pertencimento familiar imaginado era subordinado ao atualizado no pátio, que vinha a garantir uma série de possibilidades de como as pessoas posicionavam-se frente a recursos diante de uma ética de ajuda mútua, frente a estratégias de trabalho e de vida em geral. Tanto que os pátios maiores, com mais pessoas e casas, garantiam maior segurança frente aos vizinhos vistos como rivais e hostis, ameaçadores, assim como possibilitavam maior agenciamento de fontes de renda e de trabalho, e de trocas diversas. Interessante, por exemplo, como os pátios cresciam com a inclusão de parentes por aliança ou por adoção, inclusive de adultos, como em alguns casos de pessoas com problemas mentais que passaram a ser membros do espaço familiar doméstico.

[Acerca destas últimas afirmações, um participante do curso de extensão pergunta se não poderíamos considerar os adultos adotados como agregados. Reproduzo a resposta dada com esta observação de que as considerações foram provocadas por esta interpelação.]

O termo agregado faz parte de um repertório funcional sociológico, de uma conceituação relativa às teses acerca de certas configurações sociológicas patrimonialistas. Eu prefiro não utilizar o termo agregado, estranho aos moradores, mas sim tentar falar a partir do vocabulário e dos conceitos que suas próprias experiências converteram em linguagem. Ninguém chamava de agregado. Isso faz parte da dinâmica do pátio.

Chamavam de “filho adotivo”. Não vi muitos casos assim, por sinal, mas eu já escutei de algumas assistentes sociais que achavam ser isso uma forma da prática de trabalho escravo. Porque estes adultos ajudavam ou melhor, trabalhavam, por exemplo, no processo de seleção e enfardamento do lixo reciclável realizado no interior dos pátios, como forma de trabalho das famílias. Acho essa posição discutível e a minha interpretação foi em outra direção.¹¹ Na dinâmica de consolidar uma ordem de pertencimento familiar regida pela ética de ajuda mútua, o adulto “adotado” trabalhava sob as mesmas condições que os outros membros da família, junto com estes, embora pudesse não gozar da mesma posição na hierarquia familiar interna, nem de certas trocas mais afetivas. Mas também demandava cuidados específicos dos outros membros.

De forma geral, os pátios maiores eram os que corriam menor risco de serem ameaçados por quadrilhas locais, por bandidos que habitavam na vila. Havia pois, uma lógica de quanto maior a rede interna do pátio, maior a segurança. Por outro lado, a vila configurava-se pela coexistência de diferentes territórios. Os laços de vizinhança eram muito fluídos, sendo permanentemente negociados, quando não agonísticos. Como havia sempre um vizinho chegando ou outro saindo, as desconfianças eram acirradas e os códigos de convivência precisavam ser readequados. Na topologia configurada nos pátios os espaços abertos destes prestavam-se a essas negociações e às relações agonísticas que resultavam em rivalidades das redes de vizinhança. O espaço vazado e aberto do pátio, em que muitas atividades domésticas e de trabalho eram realizadas, proporcionava também que as pessoas controlassem-se mutuamente sobre o que faziam, possibilitando a vigilância moral do outro, sobretudo pela “fofoca” - forma performativa de rivalizar e ter controle moral sobre o outro.

O pátio articulava-se, pois, na lógica interna de recomposição de pertenças a partir das quais estabeleciam-se estratégias de sobrevivência e de vida e nas dinâmicas territorializantes e identificatórias de traçar alteridades entre vizinhos em suas relações de

¹¹ Uma leitura de importante aporte para esta questão é o livro de Cláudia Fonseca “Os caminhos da adoção”, em que sistematiza a prática comum de adoções informais de crianças entre famílias de classes populares orientando para uma compreensão dos códigos e critérios éticos que estão envolvidos. Em relação aos casos que etnografei, caberia uma maior investigação das influências que certas orientações religiosas poderiam ter na prática de adoção de adultos com problemas “mentais”, já que uma “mãe adotiva”, sendo benzedeira, supunha que os seus vários filhos adotivos, entre crianças e o adulto, tinham alguma relação com ela em “vidas passadas”.

natureza solidária ou agonística. Vale observar que em relação às proposições de alguns técnicos, que também eram militantes, envolvidos no processo de remoção da vila, a idéia de comunidade projetada à mesma não se atualizava, assim como a noção de “público” era algo impreciso e vago frente ao valor particularizante da pertença reivindicada e experienciada no pátio. A questão do Estado como englobante e aceito como instância de pertencimento, a que se tem créditos de segurança e de direitos e recursos ficava, assim, subsumida, tanto como a noção de cidadania inoperante. Sobre essas condições, Cynthia Sarti¹² afirma o primado da família e da casa no mundo dos pobres, de suas redes familiares como redes éticas de troca, e na situação etnográfica da experiência de campo eu tendo a concordar com essa tese dela.

Tais razões simbólicas do pátio articulavam-se, pois, cotidianamente nos modos de habitá-lo, nos saberes-fazer práticos que definiam suas topologias diferenciadas, na concepção do que se faz dentro da casa e o que se faz fora, no terreno cercado. A organização do trabalho informal definia alguns desses usos para muitas famílias. Cerca de vinte por cento das famílias trabalhavam com reciclagem de lixo, na coleta e seleção de materiais para a revenda aos atravessadores e indústrias de reciclagem. O espaço aberto do pátio era primordial para estas atividades de seleção dos materiais e enfardamento para a revenda.

FOTO 1

¹² Sarti, Cynthia. O primado do mundo da casa para os pobres. Trabalho apresentado no XVII encontro anual da ANPOCS, Caxambu, 1993.

Este pátio, por exemplo, era composto de seis casas, sendo que a principal era a casa da mãe, a matriarca. Os filhos casados tinham suas casas individualizadas mas dispostas de forma concêntrica em torno do pátio, em torno do espaço onde dispunham o lixo e onde realizavam coletivamente sua seleção e enfardamento, mas cujas tarefas eram distribuídas diferentemente na hierarquia familiar.

Enquanto os adultos trabalhavam, as crianças podiam observá-los e até ajudá-los, ou entretiam-se em suas descobertas e brincadeiras no pátio como na imagem da criança, captada no mesmo contexto da situação anterior:

Foto 2

O pátio, nos seus *topos* abertos, era primordial na visão dos adultos para a socialização da infância. Longe dos perigos da rua, dos perigos de atropelamento, e da ameaça de contágio moral dos outros vizinhos – e de suas ameaças de violência física - as crianças poderiam brincar e exercitar sua motricidade corporal aprendendo a lidar com habilidades manuais. Na perspectiva de socializá-las aos seus modos de vida, em que trabalhos braçais eram uma constante, os possíveis riscos de acidentes por cortes por objetos não era uma preocupação grave. O que importava para os adultos era que eles, assim como as crianças maiores do mesmo pátio, pudessem vigiá-las sem restringir-lhes os movimentos.

Outras atividades desenvolvidas na parte aberta do pátio eram também vistos como fundamentais, tais como as atividades domésticas de lavar roupas, lavar pratos, cozinhar com lenha, quando não havia dinheiro para comprar gás - havia aqueles que sempre utilizavam fogareiros improvisados à céu aberto por não terem nunca verba ou mesmo

fogão à gás. Os varais de roupas eram sempre ostentosos, significativos entre as mulheres, já que encenavam para os vizinhos seu cotidiano ordeiro, limpo e decente.

Foto 3

Configurava-se, assim, certas disposições estéticas tanto quanto éticas. Enquanto nas casas, espaços escuros e vedados ao olhar, de poucas janelas, as funções práticas e simbólicas concerniam às relações mais íntimas - sexuais, ao sono, e se nem sempre em cozinhar, quase sempre em comer - era o pátio que os moradores elegiam para o seu estar. Onde dispunham seus banquinhos, cadeiras e até sofás para conversarem, receberem visitas, fazerem rodas de chimarrão, ou controlarem os vizinhos por observação. Muitas vezes no inverno, chovendo fraco, acompanhei as pessoas que faziam questão de ficar no espaço aberto do pátio, entre suas atividades e mesmo conversando.

Nessa dimensão de entrelaçamento do estético e do prático, era igualmente importante a existência de suas hortas - de plantas medicinais, comestíveis, ornamentais e mesmo de função religiosa - e a criação de animais, como galinhas, porcos - estes como forma de complementar a alimentação ou a renda, se vendidos - cachorros, gatos de estimação e cavalos - estes, fundamentais para os “fretes”, para transporte de lixo reciclável. Pode-se interpretar a existência de uma memória rural, readequada ao contexto urbano das vilas, cujos saberes intrínsecos auxiliaram na configuração de certas estratégias

de sobrevivência e na configuração de uma noção habitacional diferenciada do modelo dominante. Por exemplo, em relação a valorização do plantio de árvores frondosas e frutíferas existentes em seus pátios os moradores reclamavam que no projeto da prefeitura não tinha como e onde plantar. Mas essa prática da arborização era um elemento tanto estético como resultante de uma técnica de compensação das deficiências da construção das casas, na medida em que as árvores ajudavam a manter o isolamento térmico destas reconhecidas por eles como pouco confortáveis e mal construídas, feitas de restos de chapas de compensado, de telhas de zinco, de resto de construção e sobra de material. As árvores, igualmente, eram elementos importantes na constituição da ambiência do pátio enquanto lugar de estar.

Em complementação, nos espaços escuros internos às casas, objetos e mobiliário eram dispostos de modo a temporalizar e a encenar trajetórias, nos arranjos dos retratos dos familiares mortos em meio a uma justaposição sempre móvel e readequada dos elementos. Era possível, pois, observar uma demiurgia que articulava presente e passado no uso mobiliário da casa, não só em função das questões práticas, mas em função das questões de identidade mesmo, de ordenamento da memória.

Neste sentido, as topologias abertas e fechadas do pátio jogavam com uma reversibilidade dos significados atribuídos ao território para as pessoas, moradoras dele. O espaço encarnava a honra dos varais de roupa lavada, as identidades, as memórias das pessoas de um lado, e por outro ele projetava essa aura para as pessoas de volta. Tratava-se da constituição da territorialidade como um jogo comunicativo.

E sob este aspecto, é importante saber interpretar a forma aparentemente caótica que os espaços habitacionais das vilas assumem aos olhos de quem - classes médias e elites - não as habita. Na compreensão da configuração do pátio, objetos fragmentariamente jogados ao chão, pilhas disformes de tábuas, telhas, colchões, caixotes empilhados podem ser desvelados ora como um “armário dos brinquedos das crianças”, ora como “depósito”. As pilhas de objetos podem ser ressemantizadas a qualquer hora, até para lenha, para servir como material de construção de novos “puxados”, novo galinheiro, nova casa, seja o que for. Resulta do sentido prático e cotidiano do pátio ser virtualmente reinventado. Ao mesmo tempo, considero que seja metafórico dessa noção do pátio enquanto princípio vital de habitação, no sentido desse dispositivo simbólico domesticar o tempo, de possibilitar às

peessoas evitar novos rompimentos, de se fixarem e permanecerem. Ainda que de forma movente. E por isso .

Então, na perspectiva da noção de habitação ser a do pátio, os moradores da vila confrontavam-no ao projeto arquitetônico e urbanístico da Prefeitura. Visitavam-no nos dias de “passe livre” dos ônibus, aos domingos. Observavam as pequenas áreas de serviço contempladas nas casas, acimentadas e rodeadas de muros, nas quais não poderiam plantar nada no chão, nem criar animais - pelas regras do DEMHAB deveriam abdicar destes -, nem teriam espaço para outras casas e puxados. Observavam os módulos geminados e declaravam seus temores ao especular quem seriam seus vizinhos de “paredes encostadas”. Entre críticas severas e considerações parcialmente favoráveis, dos que não aprovavam a mudança como dos que vislumbravam a necessidade da mesma mas não aprovavam o projeto em si, acabaram por desenvolver três formas de conceituar o loteamento e suas casas. A primeira como “cemitério” e seus desdobramentos como “túmulo”. A segunda como “prisão”, “cadeia”, “gaiola”. A terceira como “chiqueiro de porco”.

Para levar em consideração estas conceituações, sem tomá-las como anedóticas, era necessário um olhar que procurasse compreender as graves dimensões temporais – de suas memórias, dos sentidos de suas trajetórias articuladas em suas narrativas, de seus cotidianos permanentemente tensionados por condicionantes sociais desestabilizadores - que compunham articuladas na concepção habitacional do pátio, o qual, não à toa, era concebido em sua propriedade e disposição virtual de ser reinventado. Dimensões que perpassavam os seus saberes de como habitar, de como traçar estratégias de vida, seus sentidos estéticos que revelavam também apreciações de ordem ética. O sentido de morte claramente apontado na palavra cemitério metaforizava o sentimento social produzido. A idéia de perda de liberdade metaforizada em “morte” era também claramente traduzida pela palavra cadeia, restrição do movimento e da ação, imobilização do princípio reciclador de recomposição de pertencas familiares, imobilização de reinvenção do cotidiano habitacional. “Prisão” e “morte” na aridez considerada das paisagens das novas habitações. Como tão claramente discorreu uma moradora sobre suas impressões do local, partilhadas em um senso mais amplo do que considerava estar em jogo:

“ Eu não sei . No início eu pensava que não ia dar em nada, que não ia sair. Agora, para a gente se acostumar vai ser difícil morar naquelas casinhas, a gente que é acostumado a viver, assim, num pátio com terra... (Ela pega um punhado de terra na mão). Olha, eu vou dizer que eu sempre vivi assim com planta, com horta, porque desde que eu nasci eu morei assim, em vila, né?. Eu me criei, assim, com pé no chão, e chão de vila é assim de terra. Depois eu gosto de ficar fuçando , plantando. A gente tem liberdade, assim, de se mover, de ficar no pátio, botar o varal e se quiser construir compra uns tijolos e faz mais uma peça. Eu vou sentir falta dessa liberdade de sair, assim, e poder plantar as minhas plantinhas, ter contato com a terra , sabe? Eu preciso sentir a terra. Os burgueses é que estão acostumados a viver presos em apartamento, sem contato com a terrinha, com o chão... Quem fez aquelas casinhas lá deve estar acostumado a viver em apartamento, né? . Olha! Olha como é que os burgueses moram: (ela aponta um edifício em frente à vila, paradigmático para os moradores de como os burgueses moram) Eles vivem lá em cima presos, nos apartamentos fechados, longe do chão. Aí descem e pisam direto numa calçada. Da calçada entram no carro. Vão para o centro. Lá eles descem em outra calçada. Sobem em elevadores e ficam nos escritórios lá fechados, parados.” (...)

“Eu olhei as casinhas. É... é bonitinho, tudo enfileiradinho, umas fileirinhas, assim. Bonitinho, é... Parece o Jardim da Paz! Não tem diferença. Uns dos lados dos outros, pegando nos fundos. Só que num, as fileirinhas são para baixo e no outro, são para cima.”

FOTO 4

Imagens estetizadas que antes de mais nada, expressam um modo de estar no mundo das pessoas. Na fala atenta à contraposição dos estilos de vida de classes sociais e aos detalhes, uma visão profundamente generativa do pátio, como metáfora de vida e fecundidade contrapõe a idéia antecipada de morte. E no entrelaçamento simbólico da liberdade e da vida, complementado em diferentes falas, acho muito interessante como alguém discorreu sobre as casas como “solitárias”, num acirramento do que significa conceituar como “prisão”. Pois parece tratar mesmo, pela ameaça simbólica das novas casas, da impossibilidade de recompor ordens de pertencimento familiares, afetivas e éticas.

A terceira forma de conceituação, embora solidária a de “prisão”, ironizava, sobretudo, os princípios de ordem e os saberes-fazer implícitos das novas habitações. Porque justamente ela vinha a subverter o ideário higienista ao proclamar as casas como “chiqueiros de porcos”. Eu cheguei a perguntar: “Mas por que chiqueiro de porco?” Uma moradora explicou-me exemplarmente a metáfora: “*Chiqueiro de porco é assim: (Ela pegou uma varinha e desenhou um retângulo no chão, na terra, e apontou para dentro) O porco fica só aqui. Aí ele caga, ele come, ele bebe, ele dorme, faz tudo no mesmo lugar.*”

Como diria Mary Douglas¹³, acerca das noções do puro e do impuro, nas suas articulações remissivas uma à outra, o que vem a ser o impuro? É aquilo que advém como confusão e desordenação de certas ordens de inteligibilidade socialmente constituídas e significadas. Como aquilo, então, que estava topologicamente organizado nos espaços abertos e fechados do pátio - lavar roupa, pôr a roupa limpa no varal, criar galinhas, selecionar lixo reciclável, tomar chimarrão, como atividades de “fora”; dormir, vestir, ver televisão, como atividades de “dentro” - viesse a ser misturado e confundido na projeção imaginada da vida doméstica futura nas casas geminadas.

¹³ Douglas, Mary. “Pureza e perigo” São Paulo: Perspectiva, 1976.

Assim, os saberes de como habitar o pátio vinham a ser desorientados para a readequação ou reenquadramento de como habitar as novas moradias. Esta idéia era justamente perseguida pelos técnicos e assistentes sociais, os quais por sua vez, propunham atividades de reeducação doméstica e ambiental visando a uma ressocialização que os constituíssem em, ou pelo menos, os iniciasse a ser cidadãos urbanos modernos. Faltava-lhes, no entanto, até onde pude perscrutar, a compreensão da significação temporal e de pertença do pátio, de domesticação simbólica do tempo, para interlocutarem em um plano mais próximo de comensurabilidades recíprocas.

Neste sentido, conversas com os técnicos do DEMHAB sobre suas percepções dos conflitos, foram muito esclarecedoras, assim como de seus valores aí investidos e razões técnicas. Para eles havia, evidente, limitações orçamentárias intransponíveis. Afinal, quanto mais estreito é o lote, como é nos módulos geminados, mais barato é a construção dele. As redes de esgoto, de luz, de água por serem mais curtas, barateiam em muito o custo final. Então, havia justificativas de otimização de recursos, de aproveitamento dos lotes e de terrenos para também reassentar outras vilas no loteamento. Mas ao perguntar se era possível mudar o projeto sem aumentar os custos, entregar lotes urbanizados sem casas, deixando as pessoas auto-regularem o seu espaço habitacional, possibilitando-lhes disporem das edificações a modo de terem os pátios, as respostas traziam outras razões implícitas. “Sim, é possível, mas tudo vai voltar a ser uma favela.”

A despeito se a resposta estava correta do ponto de vista do que é tecnicamente viável com os critérios exigidos, já que dada em uma conversa informal, sem estudo prévio, ela expunha os valores implícitos, que mesmo com regularização de água, luz, esgoto, equipamentos de saneamento básico, arruamento, calçamento, o problema era estético também. E estético é dito aqui no sentido profundo de como a trama das sensibilidades é culturalmente formada em consonância com valores e conceitos que exultam o que legitimamente é o ser social, de como as pessoas são ou deveriam ser. Quem é e o que é o cidadão? O que é família e qual seu espaço? Decência? Moradia digna? Toda essa série de constituições que estão em confluência e entrelaçadas na ordem do biológico e da moral que se naturaliza no repertório dos modelos habitacionais urbano-modernos, e cuja reificação dificulta desenvolver um olhar compreensivo às alternativas constituídas contemporaneamente nas favelas e vilas populares urbanas.

Havia, claro, moradores que eram favoráveis à mudança, mas mesmo estes falavam algo como: “ *Quando a gente for para lá eu vou ter que me acostumar em viver num apartamentozinho assim, numa areazinha assim. Vai ser difícil, né? Ah! Mas se burgueses vivem eu também posso. A gente acostuma.*” O interessante é que mesmo estando de acordo com a possibilidade de ressocialização, implicitamente revelavam essa noção de pátio e suas implicações e dificuldades intrínsecas. De certo modo, essas manifestações eram bem aceitas pelos técnicos do DEMHAB e Prefeitura, os quais esperavam que, ao eles receberem as casas, resultaria em um primeiro movimento de inserção à cidadania, a medida que efetivamente detentores do direito à moradia sob preceitos dignos. E desta conseqüência decorriam como possibilidade, para militantes e técnicos, o encadeamento lógico de outras. Posto que no exercício do direito à moradia, como moradia higienizada e moderna, o reenquadramento das relações no espaço do corpo do outro e das suas condições materiais de reprodução da vida social poderia resultar, ainda que de forma não imediata, no advento de novas formas éticas comprometidas por uma nova consciência adquirida, na sua construção enquanto cidadão e sujeito político.

Considero que esta posição mantinha incongruências internas e com aquela de conduzir o processo do reassentamento de forma democrática. Pois que o direito à moradia previsto no projeto antes de ser uma demanda ou conquista de seus beneficiários, foi uma política implementada pela Prefeitura, e de modo a que cada reunião e assembléia, antes de ser um espaço decisório, era uma instância consultiva e de ouvidoria. As situações de dialogia eram tensionadas pela assimetria do poder decisório dos representantes do Governo Municipal, e cuja capacidade hermenêutica e de tradução de posições adversas e estranhas às suas eram dificultadas pois subordinadas aos compromissos de um projeto civilizador implícito. A aquisição do direito à moradia resultava, então, de um processo de tutela por parte da Prefeitura Municipal, a que os moradores tinham que se reenquadrar e readequar apesar do que diziam em reuniões, de suas proposições.

O sujeito e o cidadão projetados e desejados seriam, então, decorrentes de uma ressocialização tutelada, obra de uma política de engenharia social implementada? E qual o espaço para as experiências constitutivas dos moradores em suas memórias, em seus saberes e valores, em suas ações decorrentes da interpretação e de suas reapropriações criativas? Tais questões expõem parcialmente as complexidades e conflitos que estavam

envolvidos no contexto, tanto intrínsecos às próprias proposições do projeto político de reassentamento, encompassadas pela configuração do sujeito moderno como valor, como tensionados pelas fortes reações dos moradores. Pois que estes na evocação figurativa do cemitério e da prisão, nas metáforas da morte e da imobilidade, na figuração do chiqueiro como fabulação da desordem, na transmutação do homem em animal subjugado no espaço, não estariam operando sob outra concepção dos sentidos que fundam a ação e a experiência humana, numa outra noção de sujeito? – Utilizo a palavra sujeito no intuito de tentar uma tradução.

Uma pista possível de inferir uma resposta estaria no modo como estes moradores reagiam e ficavam furiosos com as representações que os jornais faziam da Cai-Cai como “vila de miseráveis”. *“Ah! Chamam a gente de miserável, mas a gente não é miserável. A gente é pobre.”* Desta situações pude compreender melhor o modo como operavam os conceitos de pobre e miserável, cujo estatuto de cada um era bem diferenciado. Diziam-me: *“Nós somos pobres. Tu pode ver, essa casinha assim, é de pobre, né?”* *“A gente não têm estudo, não têm dinheiro, passa trabalho. A nossa casa é uma maloquinha, não tem como dizer que não é. Agora, a gente não é miserável, a gente trabalha, dá um jeito.”* Aí perguntava: - Mas quem é miserável? *“Miserável é aquele que tá ali jogado, não tem condição de fazer nada, de trabalhar, nem uma casa faz para ele.”* *“É um ninguém que vive da pena dos outros, que não tem nada, não tem ninguém e não faz nada por ele nem pelos outros.”*

Ou seja, enquanto na primeira determinação pobre é uma posição ocupada na hierarquia social, por aqueles que têm poucos recursos materiais, poucos recursos simbólicos no sentido de capital cultural e social, o miserável designa uma outra relação. Ele é ninguém, e o ninguém é aquele que está solto às correntezas do destino, para dizer como o Michel De Certeau,¹⁴ remetido a uma isenção de responsabilidades, fora de uma relação de pertença, de uma rede de sociabilidade que supõe a troca. Vive apesar de suas ações, as quais por não estarem comprometidas na relação aos outros não têm sentido ético. Vive por caprichos do destino, de ser objeto casual da condescendência de outrem. Ele é incapaz de “trabalhar”, de agir positivamente no sentido de ser capaz de acrescentar algo, transformar, criar, destituído da capacidade de ressemantizar e transpor obstáculos,

¹⁴ De Certeau, Michel. “A invenção do cotidiano - artes de fazer”. Petrópolis: Vozes, 1994.

adversidades e a falta de oportunidades que os pobres enfrentam, em seu proveito, e de territorializar-se em uma ordem de pertencimento. Incapaz até porque não vinculado a esta, a uma rede de solidariedade pautada pela ética de ajuda mútua. Miserável, pois, não designa um lugar na hierarquia social, mas está para além dela: é uma questão da legitimidade do ser.

O que é um ser socialmente legítimo? É aquele cuja a experiência positiva é fundada em uma ordem relacional, pautada pelo princípio da troca e em comum investir significações ao mundo, de dotá-lo de “lugares”, pela capacidade de criar formas, transformar objetos através da ação do trabalho – dom fundamental de troca – de apropriar-se do meio de forma a transformá-lo para suas estratégias de vida como espaço existencial de troca. Experiência tal que emerge na temporalidade vivida por estas redes, no tempo reciclável em que novas identidades são definidas, em que o “ser” transmuta-se em novas ordens de pertencimento partidas e recompostas. Neste sentido, o “ser” emerge na ação de reciclagem do “vivido”, constituindo um princípio de estabilidade pela recomposição dos tempos rompidos, graças a abertura com que é capaz de jogar e ampliar comunicativamente os horizontes do real. Pois que a ação legítima sobre o mundo como sendo a de imprimir-lhe marcas, significados e finalidades depende da condição de troca em uma ordem relacional de pertencimento. A existência legítima como emergência de uma ação performatizadora do “mundo” e da “vida”, é concebida nos horizontes de uma ação comunicativa.¹⁵

É nesta perspectiva que a noção de pátio é tão cara aos moradores da Cai-Cai, como princípio espaço-temporal de territorialização em ordens de pertencimento e regeneração de tempos vividos como rompimento de laços éticos e afetivos de pertencimento. Ela

¹⁵ Uma aproximação desta concepção do “ser” legitimado poderia ser tentada em relação a uma idéia do sujeito, mas de forma deslocada de uma formulação nos termos da tradição do sujeito moderno, de um sujeito político e da História, inscrito na representação da consciência e da ação do indivíduo – entidade fonte da moral, concebida como interioridade sede da vontade e da verdade - e nas formulações de uma redução universal da subjetividade. Passa pela discussão de como o “ser” efetiva-se em *Pessoa*, categoria antropológica comprometida com a interpretação do indivíduo biológico inscrito em uma rede de significações coletivas de investimentos recíprocos, em que em uma ordem de relações lhe são construídas as identidades que o definem. Sobre a Pessoa e a configuração moderna do Sujeito ver Duarte, Luis Fernando. “Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas”, Cap II. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986. Para uma leitura inaugural na disciplina da Antropologia do indivíduo como *pessoa* ler Mauss, Marcel. “Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, aquela do “moi”. São Paulo: EDUSP.

incorpora e intercepta estas experiências enquadrando-as nos termos de um jogo aberto a mudanças e a possíveis mudanças virtuais estratégias de vida, sem deixar de conceder uma certa experiência de estabilidade já que aberta a recomposição de ordens de pertencimento. Neste sentido, pode-se ser “pobre”, mas jamais um “miserável”. E é este sentido que o projeto de reassentamento vinha a perturbar na projeção imaginada do devir pelos moradores em questão.

Gostaria de observar antes de finalizar, que os dilemas e conflitos perscrutados durante o processo de reassentamento e aqui expostos talvez possam contribuir para uma reflexão dos desafios postos contemporaneamente pelas políticas públicas cuja implementação tenha por finalidade a promoção da igualdade pela via democrática. Isto porque possíveis incomensurabilidades podem estar em jogo na situação, seja por haver visões e concepções de fato incomensuráveis, na descontinuidade dos sistemas simbólicos, seja pela ausência de um diálogo mais eficiente quanto as reversibilidades das conversações e das traduções.

O reconhecimento da diferença cultural, embora não possa ser tomado como uma “camisa-de-força” substantivadora do outro, remete a uma reflexão dos limites da promoção da igualdade quando se defende o respeito pela autonomia do outro. A inclusão do direito à diferença cultural e à autodeterminação do outro no repertório das práticas democráticas e dos direitos humanos traz o paradoxo da promoção da igualdade pela afirmação da diferença. Pois que a promoção da igualdade de fato – substantiva - restringe a liberdade da diferença, colocando um sério obstáculo na efetivação do próprio jogo democrático, enquanto o desenvolvimento do outro em sua autonomia de percurso pode ser incompatível com a configuração cultural universalista que afirma a igualdade do direito do outro à autodeterminação. São as lutas e disputas de grupos sociais efetivas pelo direito à autonomia que têm conseguido incluir na agenda dos Estados a promoção de políticas de reconhecimento.

No entanto, nesta configuração complexa de disputas que incluem as formulações no campo da política, os trabalhos etnográficos e publicações das reflexões de antropólogos também têm agenciado, por sua publicização, apropriação interpretativa de setores das sociedades contemporâneas e mesmo militância política de antropólogos, uma reformulação da compreensão dessas agendas promulgadas pelo Estado. Neste sentido,

entendo que à medida que antropólogos são chamados ao diálogo e à participação nesses processos e campos de disputa, são confrontados com saberes que tradicionalmente têm municiado as políticas estatais republicanas, as quais visam, em tese, à contenção dos interesses particulares sobre o bem público pela formulação de discursos que se propõem a uma ética racional embasada na pretensão universalizadora dos saberes técnicos e científicos. Os quais são relativizados pelos saberes e valores de outros sistemas simbólicos quando da promoção do reconhecimento à diferença e à auto-determinação de povos. Como tradicional interlocutor das diferenças culturais, convém não perder de vista, face a estes desafios de dialogia que se põe, as lições clássicas da disciplina tais como a capacidade de estranhar tanto quanto a de por-se, por uma socialização artificialmente conduzida, na perspectiva da posição do outro e de sua compreensão, contribuindo ao processo com a própria reflexão radical antropológica na formulação de seus saberes em relação a todas as partes envolvidas no conflito – incluindo a sua própria inserção.